



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

9. INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

RIO BRANCO, RO, 20 DE SETEMBRO.

AO RESPONDER A SAUDAÇÃO DO GOVERNADOR DILERMANDO CUNHA DA ROCHA.

Em cada qual das regiões que me tem sido dado visitar, das mais próximas às mais remotas, das litorâneas às interiores, jamais faltam motivos para que se exalte o orgulho patriótico. Poucas, no entanto, oferecerão como esta, que hoje me acolhe entre tão cativante demonstração de aprêço, igual impressão sobre a grandêza e o futuro da nacionalidade. Constitui realmente espetáculo admirável aquêle que se desdobra aos nossos olhos, quando, após sobrevoar por longas horas a lendária selva amazônica, com as suas águas e as suas matas, vemos abrirem-se diante de nós os contornos de uma civilização nascente e cheia de perspectivas e possibilidades. Direi mesmo tão rica de potencialidade que a imaginação dificilmente logra conceber qual o futuro reservado a êste pedaço do Brasil.

Por isso mesmo, dentro de um programa objetivo de integração nacional, que torne dia a dia mais povoadas, mais assistidas tôdas as fronteiras do País, não se tem descurado o Govêrno das medidas necessárias para fomentar o progresso e o bem-estar das populações que temos como sentinelas pacíficas dos nossos limites. Medidas que reclamam esforços e recursos, que, em vez de concentrados em regiões já desenvolvidas, voltam-se, agora, para novas áreas, na esperança de tornar menores alguns dos injustos e perigosos desníveis existentes. É o meio de ampliarmos cada vez mais uma política de govêrno que seja verdadeiramente nacional. E para ela devemos pedir o apoio e até o entusiasmo dos brasileiros,

que precisam adquirir vigorosa consciência dos deveres para com tôdas as populações do País.

Não faz muito que, ao dirigir-me ao povo do Amapá, tive a oportunidade de anunciar uma série de providências, cujo conjunto forma a chamada «Operação Amazônia». Hoje, concluídos os estudos e formulados os projetos que darão segurança, estabilidade e prosperidade à economia da Amazônia, dependem apenas da breve aprovação do Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, dada a importância da borracha sobre toda a vida da região e das novas condições surgidas após a última grande guerra, tornou-se indispensável também pensar em termos atualizados. Realmente, além de haver deixado de ser a única região produtora de borracha natural, assiste a Amazônia ao aparecimento, dentro do próprio mercado interno, de borrachas sintéticas de alta capacidade competitiva. Mas isso, felizmente, ao mesmo tempo em que se expande a indústria de artefatos de borracha, para satisfazer a uma crescente demanda dos brasileiros. Foi para atender a tais circunstâncias e procurando corrigir falhas anteriormente existentes que se reformulou a política da borracha, buscando proporcionar melhores preços, seguro financiamento, estímulo à expansão do mercado interno e externo das borrachas e seus artefatos, e também se destinando a promover a própria diversificação da economia das zonas dos seringais.

Dêse modo, graças a uma política de preços mínimos estipulados pelo Conselho Nacional da Borracha e assegurados pelo Banco da Amazônia ou outras instituições financeiras devidamente autorizadas, ficam os produtores a salvo da inquietação e flutuações, sabidamente perniciosas, ao mesmo tempo em que a indústria de artefatos será amparada por um conjunto de providências que visam à regularidade e expansão do mercado.

Peça importante da nova orientação, agora submetida à apreciação e aprovação do Congresso Nacional, será o Banco da Amazônia, verdadeiro instrumento oficial de execução da política de crédito para a borracha, e ao qual caberá substituir o atual Banco de Crédito da Amazônia, cuja tradição e experiência julgou-se naturalmente conveniente aproveitar. Organizado, entretanto,

em novos moldes, exonerado de certas responsabilidades, será um organismo muito mais flexível e de bem maior raio de ação do que aquêles cujo lugar deverá tomar, pois terá recursos substancialmente aumentados, se comparados com aquêles de que hoje dispõe o Banco ainda existente. Condição essa, aliás, essencial, uma vez que se pretende utilizá-lo como verdadeiro banco de desenvolvimento, em condições de estimular e atrair a iniciativa privada, certamente desejosa de prazos longos e consideráveis períodos de carência. Daí a necessidade de consignar-se uma dotação anual no orçamento da União, bem como a abertura de um crédito especial que atenderá à demanda já existente na região em decorrência mesmo da política de incentivos fiscais adotada pelo Govêrno Federal.

De fato, e a exemplo do já realizado com tão grande êxito na região nordestina, não se descurou o Govêrno de promover nova ordenação à esparsa legislação de estímulos fiscais vigentes para a Amazônia. É que, embora tenha produzido frutos, tais incentivos ainda se ressentem da inadequação da legislação da SPVEA, em muitos pontos divorciada da realidade sócio-econômica da região. Daí a preocupação havida no sentido de corrigir deficiências, aproveitar quanto há de válido na experiência adquirida e dotar a Amazônia de um instrumental apropriado e adaptado às condições locais, de modo a atrair a iniciativa privada para ponderáveis investimentos.

No particular, creio caber especial referência às isenções relativas ao Impôsto de Importação e Exportação. Destina-se aquela, principalmente, a permitir a aquisição de máquinas e equipamentos que deverão integrar os empreendimentos prioritários ao desenvolvimento, inclusive da navegação, inseparável da boa circulação da riqueza regional. Quanto à supressão do Impôsto de Exportação, representa iniciativa perfeitamente própria para facilitar a colocação dos recursos naturais no mercado externo, e em condições de possível competição. E não temos dúvida, de que, acrescidos a estas os incentivos fiscais do Impôsto de Renda, estará a Amazônia em condições de ingressar numa nova era de prosperidade.

Nem outro é o objetivo com que vai ser criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, ou mais simplesmente

a SUDAM, que substituirá a SPVEA, de história tão discutida e duvidosa. Na realidade, malgrado o proficuo esforço realizado pelo Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais, sempre tão voltado para os reais interesses da região, a verdade é que uma série de desacertos, distorções ou incompreensões, cujas origens e causas nada adiantariam aqui analisarmos, mostra ser praticamente inviável a recuperação daquela empresa estatal. Mais fácil será criarmos uma entidade nova, e nesse sentido a iniciativa governamental — a criação da SUDAM, assentada nas peculiaridades da Amazônia — deverá ter a seu cargo o planejamento e a coordenação do desenvolvimento, que, após mais de decênio de tentativas em torno da chamada valorização amazônica, podemos ter quase como inexistentes.

Fracasso que bem sabemos ser a conseqüência de erros de origem ou de funcionamento, e nunca da inexistência de condições globais capazes de levarem ao progresso. Por certo tem a Amazônia aspectos bastante particulares que deveremos considerar por vezes com extremo cuidado. Inicialmente, não deixaremos de lembrar o imenso vazio geográfico, que, numa época de explosão populacional, está a merecer especial atenção do Governo. Vazio ao qual se reúnem extensas fronteiras, virtualmente desabitadas e que marcam nossas linhas divisórias com seis países amigos e um território colonial. E somando-se a tudo isso o extrativismo vegetal como a forma principal de atividade econômica. Traços que tornam a Amazônia, como já se tem dito, inconfundível entre as regiões brasileiras, também mostram quanto é premente realizarmos um esforço no sentido de mudar-lhe a fisionomia econômica e social.

Eis o que, com o auxílio das medidas agora pleiteadas para a completa e adequada integração da Amazônia, irá realizar a SUDAM. Planejada e organizada dentro de objetivo e possibilidades reais, será ela o instrumento da redenção da Amazônia, cuja riqueza deverá deixar de ser uma fábula para se tornar alguma coisa de palpável a serviço dos brasileiros há séculos empenhados numa terrível luta pela sobrevivência. E é principalmente a eles, heróis anônimos cujo sacrifício tem assegurado os vestígios da nossa civilização por centenas de milhares de

quilômetros quadrados, que desejo dirigir-me neste momento em que falo de um dos mais longíquos rincões do Brasil. Faço-o para lhes assegurar que, dentro do máximo de nossas possibilidades, contarão com o total apoio do Govêrno na obra benemérita de desbravamento que realizam. Com êles, por êles e para êles iremos mudar a fisionomia da Amazônia, que, a exemplo do que já ocorre em outras regiões menos desenvolvidas, também encontrará o caminho da sua integração na economia e na prosperidade nacional.

Realmente empenhado numa obra que, sem modéstia, poderíamos ter como grandiosa e complexa, pois destinada a criar sólidas bases para que o Brasil se transforme numa rica e forte Nação, compreende o Govêrno os reais motivos por que elementos das procedências mais diversas ou antagonicas se unem num esforço para perturbar ou retardar a ação governamental. São ambições frustradas, privilégios desaparecidos, vantagens extintas ou concepções políticas ameaçadas pela própria recuperação nacional que buscam dar-se as mãos num conagraamento que se diria espúrio. Os brasileiros, no entanto, bem os conhecem, sabem que aos interêsses da coletividade costumam obstinadamente sobrepor os pequenos interêsses, ambições pessoais ou ideológicas. Ambições e interêsses que os faz desmemoriados ou cegos, certamente esquecidos de que o povo costuma ter os olhos abertos e memória avisada. Daí não enganarem ninguém, mesmo quando trocam as máscaras, ou renequem idéias, juízos e sentimentos. Acima dêles está, porém, a Revolução, cujos princípios e objetivos o País irá apoiar com entusiasmo nas próximas eleições para o Congresso Nacional.

Agora, ao agradecer ao povo de Roraima a maneira por que acaba de acolher-me tão festivamente, desejo acentuar a satisfação com que tenho acompanhado a obra administrativa do ilustre governador tenente-coronel Dilermando Cunha da Rocha, sempre tão identificado e atento aos problemas e interêsses da região a que serve com honradez e dedicação. Os resultados de seu contínuo e incansável trabalho, pioneiro em muitos aspectos, estão aí para assinalar a eficiência de sua gestão administrativa.

Interessado em proporcionar a tda a região amazônica os elementos necessários ao seu progresso e  sua acelerada integração na vida econmica do País, posso assegurar ao povo dêste Território que as imensas distâncias que o separam da capital não serão motivo para que as suas aspirações deixem de ser atendidas com brevidade. Até porque, por vivermos num mundo que se torna cada vez menor, precisamos nos sentir cada vez mais juntos e unidos pelos ideais que sempre nos inspiraram.